BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em milhares de reais

ATIVO	Notas	30/09/12	31/12/11
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	169.339	154.560
Contas a receber de clientes e outros	4	221.256	209.097
Títulos e valores mobiliários	5	25.121	17.452
Impostos e contribuições a recuperar	6	51.741	21.115
Estoques		2.605	2.913
Despesas pagas antecipadamente		3.272	1.269
Entidade de previdência privada		570	399
Serviços em curso	7	11.055	10.957
Outros ativos circulantes	8	9.827	4.530
TOTAL DO CIRCULANTE		494.786	422.292
NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber de clientes e outros	4	216.358	224.410
Títulos e valores mobiliários	5	20.691	28.701
Impostos e contribuições a recuperar	6	12.282	10.779
Impostos e contribuições diferidos	9	1.861	9.799
Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora		97.479	103.730
Depósitos judiciais	10	20.766	18.921
Entidade de previdência privada		1.793	2.477
Concessão do serviço público (Ativo financeiro)	11	299.349	144.781
Outros ativos não circulantes	8	821	375
Investimentos		922	1.163
Intangível	12	606.496	657.979
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		1.278.818	1.203.115
TOTAL DO ATIVO		1.773.604	1.625.407

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em milhares de reais

PASSIVO EPATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	30/09/12	31/12/11
CIRCULANTE			
Fornecedores	13	98.559	82.739
Empréstimos e financiamentos	14	63.450	50.353
Debêntures	15	38.638	37.065
Salários e encargos a pagar	16	12.591	8.037
Taxas regulamentares	17	13.457	13.972
Impostos e contribuições a recolher	18	72.079	47.321
Dividendos e juros sobre capital próprio	19	31.386	5.909
Provisões	20	10.483	6.415
Outros passivos circulantes	21	22.819	16.640
TOTAL DO CIRCULANTE		363.462	268.451
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	13	10.140	9.016
Empréstimos e financiamentos	13	480.502	474.879
Debêntures	15	54.440	72.475
Taxas regulamentares	17	897	3.127
Provisões	20	20.141	22.384
Outros passivos não circulantes	20	3.125	5.327
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	21	569.245	587.208
TOTAL DO NAO CIRCOLANTE			
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22		
Capital social		179.787	179.787
Reservas de capital		266.766	266.766
Reservas de lucros		183.089	183.089
Outros resultados abrangentes		20.248	7.620
Proposta de distribuição de dividendos adicional			132.486
Lucro liquido do período / exercício		191.007	
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO		840.897	769.748
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.773.604	1.625.407

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	01/07/12 a 30/09/12	01/01/12 a 30/09/12	01/07/11 a 30/09/11	01/01/11 a 30/09/11
RECEITA LÍQUIDA	23	358.637	1.020.231	296.784	837.448
CUSTO DO SERVIÇO	24	(252.898)	(704.140)	(200.738)	(575.828)
LUCRO BRUTO		105.739	316.091	96.046	261.620
Despesas com vendas	24	(13.987)	(41.896)	(11.814)	(35.780)
Despesas gerais e administrativas	24	(18.045)	(51.760)	(12.789)	(41.101)
LUCRO OPERACIONAL		73.707	222.435	71.443	184.739
Receitas financeiras	25	18.459	61.095	24.318	60.969
Despesas financeiras	25	(16.939)	(57.365)	(23.034)	(61.073)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE					
RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		75.227	226.165	72.727	184.635
Imposto de renda e contribuição social		(11.936)	(35.158)	(8.810)	(33.044)
Corrente	9	(21.075)	(67.073)	(16.218)	(31.762)
Diferido	9	(1.052)	(1.432)	(2.804)	(13.679)
Imposto de renda - SUDENE	9	12.275	39.598	12.372	18.877
Amortização ágio e reversão PMIPL		(2.084)	(6.251)	(2.160)	(6.480)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		63.291	191.007	63.917	151.591
LUCRO BÁSICO POR AÇÃO					
ON		0,40498982	1,11111004	0,37181442	0,881821932
PNA		0,36817257	1,22222105	0,40899586	0,970004125
PNB		0,36817257	1,22222105	0,40899586	0,970004125

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO

Em milhares de reais

	01/07/12 a 30/09/12	01/01/12 a 30/09/12	01/07/11 a 30/09/11	01/01/11 a 30/09/11
Lucro do período	63.291	191.007	63.917	151.591
Outros resultados abrangentes do período, líquidos de impostos				
Ajustes ativos financeiros da Concessão	7.367	19.133	(7.585)	(2.514)
Tributos s/ ajustes ativos financeiros da Concessão	(2.505)	(6.505)	2.579	856
Outros resultados abrangentes do período, líquidos de impostos	4.862	12.628	(5.006)	(1.658)
Total de resultados abrangentes do período, líquidos de impostos	68.153	203.635	58.911	149.933

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Em milhares de reais

			Reserva de (Capital			Reservas	de Lucros					
	Capital Social	Remuneração de Bens e Direitos Constituídos Com Capital Próprio	Reserva Especial de Ágio	Reserva de Incentivo Fiscal	Outras Reservas de Capital	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Outras Reservas de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	Total do Patrimônio Liquido
Em 31 de dezembro de 2011	179.787	4.648	179.315	82.428	375	146.984	35.957	-	148	7.620	-	132.486	769.748
Reversão de dividendos prescritos Aprovação da proposta de dividendos adicionais Transações de capital com os sócios												(132.486) (132.486)	(132.486) (132.486)
Lucro Liquido do periodo											191.007		191.007
Ganhos liquidos sobre ativos disponiveis para venda										12.628			12.628
Em 30 de setembro de 2012	179.787	4.648	179.315	82.428	375	146.984	35.957		148	20.248	191.007		840.897
			Reserva de (Capital			Reservas	de Lucros					
	Capital Social	Remuneração de Bens e Direitos Constituídos Com Capital Próprio	Reserva Especial de Ágio	Reserva de Incentivo Fiscal	Outras Reservas de Capital	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Outras Reservas de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	Total do Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2010		Bens e Direitos Constituídos Com	Especial	Incentivo	Reservas	Incentivo		Retenção	Reservas	Resultados		Distribuição de Dividendos	Patrimônio
Em 31 de dezembro de 2010 Reversão de dividendos prescritos Aprovação da proposta de dividendos adicionais Transações de capital com os sócios	Social	Bens e Direitos Constituídos Com Capital Próprio	Especial de Ágio	Incentivo Fiscal	Reservas de Capital	Incentivo Fiscal	Legal	Retenção de Lucros	Reservas	Resultados Abrangentes		Distribuição de Dividendos Adicionais	Patrimônio Líquido
Reversão de dividendos prescritos Aprovação da proposta de dividendos adicionais	Social	Bens e Direitos Constituídos Com Capital Próprio	Especial de Ágio	Incentivo Fiscal	Reservas de Capital	Incentivo Fiscal	Legal	Retenção de Lucros	Reservas de Lucros - 7	Resultados Abrangentes		Distribuição de Dividendos Adicionais 87.342 (87.342)	Patrimônio Liquido 719.912 7 (87.342)
Reversão de dividendos prescritos Aprovação da proposta de dividendos adicionais Transações de capital com os sócios	Social	Bens e Direitos Constituídos Com Capital Próprio	Especial de Ágio	Incentivo Fiscal	Reservas de Capital	Incentivo Fiscal	Legal	Retenção de Lucros	Reservas de Lucros - 7	Resultados Abrangentes	Acumulados	Distribuição de Dividendos Adicionais 87.342 (87.342)	Patrimônio <u>Liquido</u> 719.912 7 (87.342) (87.335)
Reversão de dividendos prescritos Aprovação da proposta de dividendos adicionais Transações de capital com os sócios Lucro Liquido do período	Social	Bens e Direitos Constituídos Com Capital Próprio	Especial de Ágio	Incentivo Fiscal	Reservas de Capital	Incentivo Fiscal	Legal	Retenção de Lucros	Reservas de Lucros - 7	Resultados Abrangentes 5.523	Acumulados	Distribuição de Dividendos Adicionais 87.342 (87.342)	Patrimônio <u>Liquido</u> 719.912 7 (87.342) (87.335) 151.591

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO

Em milhares de reais

	20/00/12	20/00/11
ELUVO DE CAIVA OBEDACIONAL	30/09/12	30/09/11
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL	226 165	104 625
Lucro do período (antes dos impostos) AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES	226.165	184.635
OPERACIONAIS		
	39.708	38.910
Amortização	21.977	31.992
Encargos de dividas e atualizações monetárias e cambiais Valor residual do ativo intangivel baixado	840	668
-	(3.228)	2.414
Provisão (reversão) para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa		10.775
riovisão (teversão) para creditos de fiquidação duvidosa	281.148	
	201.140	269.394
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS		
Contas a receber de clientes e outros	18.035	14.682
Impostos e contribuições sociais a recuperar	(31.954)	26.376
Estoques	308	(687)
Depósitos judiciais	(1.351)	(811)
Despesas pagas antecipadamente	(2.003)	(1.998)
Entidade de previdência privada	513	684
Outros ativos	(5.963)	(4.148)
	(22.415)	34.098
AUMENTO (DEDUCÃO) DOS DASSINOS ODERACIONAIS		
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS	16.044	(5.206)
Fornecedores	16.944	(5.206)
Salários e encargos a pagar	4.554	(1.688)
Encargos de dividas e swap pagos	(26.375)	(26.755)
Taxas regulamentares	(2.745)	6.753
Impostos e contribuições sociais a recolher	(2.717)	(7.584)
Indenizações /contingências pagas	2.777	(2.169)
Outros passivos	3.977	(1.077)
	(3.585)	(37.726)
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	255.148	265.766
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
Aquisição de investimentos	241	
Aquisição de investmentos Aquisição de intangivel	(125.844)	(106.847)
Títulos e valores mobiliários	2.861	13.822
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(122.742)	(93.025)
GERAÇÃO (UTIDIZAÇÃO) DE CAIAA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(122.742)	(93.023)
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
Captação de empréstimos e financiamentos	40.978	136.029
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(34.887)	(25.374)
Amortização do principal de debêntures	(18.176)	(18.176)
Obrigações vinculadas	1.467	930
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(107.009)	(176.518)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(117.627)	(83.109)
	(11/102/)	(00.103)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	14.779	89.632
Caixa e equivalentes no início do período	154.560	25.217
Caixa e equivalentes no final do período	169.339	114.849
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	14.779	89.632
	241772	07.002

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO

Em milhares de reais

	30/09/12	30/09/11
Receitas		
Vendas brutas de energia, serviços e outros	1.447.115	1.214.301
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.314)	(10.775) 554
Resultado na alienação / desativação de bens e direitos	1.438.680	1.204.080
Insumos adquiridos de terceiros	1.436.060	1.204.000
Energia elétrica comprada para revenda	(450.410)	(362.445)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(63.763)	(54.510)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(222.243)	(176.662)
Materials, serviços de tercenos e oddos	(736.416)	(593.617)
Valor adicionado bruto	702.264	610.463
Amortização	(40.447)	(39.700)
Valor adicionado líquido	661.817	570.763
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	61.095	60.969
Valor adicionado total a distribuir	722.912	631.732
Distribuição do valor adicionado Pessoal		
Remunerações	29.671	24.537
Encargos sociais (exceto INSS)	6.938	5.969
Entidade de previdência privada	2.074	1.895
Auxílio alimentação	3.474	2.549
Convênio assistencial e outros beneficios	2.624	2.649
Rescisões	1.248	1.784
Férias e 13° salário	4.494	4.048
Plano de saúde	1.523	1.390
Indenizações trabalhistas	4	261
Participação nos resultados	4.860	4.134
Administradores	1.236	1.187
(-) Transferência para ordens	(14.492)	(10.398)
	43.654	40.005
Impostos, taxas e contribuições		
INSS (sobre folha de pagamento)	6.595	5.476
ICMS	242.418	205.923
PIS/COFINS sobre faturamento	78.939	61.488
Imposto de renda e contribuição social	35.158	33.044
Obrigações intra-setoriais	65.862	71.656
Outros	1.483	1.102
	430.455	378.689
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Juros e variações cambiais	52.322	55.466
Aluguéis	431	374
Outros	5.043	5.607
	57.796	61.447
Remuneração de Capitais Próprios		
Juros sobre capital próprio	_	32.396
Lucro / Prejuizos	191.007	119.195
•	191.007	151.591
Valor adicionado distribuído	722.912	631.732

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias 30 de setembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN ("COSERN" ou "Companhia") ou sociedade por ações de capital aberto, controlada pela Neoenergia S.A., ("NEOENERGIA") é concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a estudar, projetar, construir e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e outras fontes alternativas de energia, renováveis ou não, e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica e outras fontes alternativas de energia, renováveis ou não, podendo administrar sistemas de produção, transmissão, distribuição ou comercialização de energia pertencentes ao Estado, à União ou a Municípios, prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação, organizar subsidiárias, incorporar ou participar de outras empresas e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, autarquia relacionada com atividades no âmbito do Ministério das Minas e Energia.

A sede da Companhia está localizada na Rua Mermoz, 150, Baldo, Natal – Rio Grande do Norte.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 167 municípios do Estado do Rio Grande do Norte, abrangendo uma área de 53 mil Km², outorgada pelo Decreto de 30 de dezembro de 1997 e regulada pelo Contrato de Concessão de Distribuição nº. 08, firmado em 31 de dezembro de 1997 com vigência até 31 de dezembro de 2027.

Adicionalmente, pela atual regulamentação do setor elétrico, a Companhia vem atendendo consumidores parcialmente e totalmente livres no Estado do Rio Grande do Norte, desde 2003.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis intermediárias relativas ao período findo em 30 de setembro de 2012 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias 30 de setembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.2 Base de preparação

As demonstrações contábeis intermediárias estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Estas demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras anuais em 31 de dezembro de 2011, descritas na nota 2 das referidas demonstrações, e portanto, essas informações trimestrais e as referidas demonstrações financeiras devem ser analisadas em conjunto.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis intermediárias em 22 de outubro de 2012, as quais estão expressas em milhares de reais, exceto quando indicado.

2.3 Reapresentação das cifras comparativas

A informação contábil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi reclassificada, para melhor apresentação e manutenção da uniformidade na comparabilidade. A apresentação entre os saldos publicados e os saldos reclassificados para fins de comparabilidade, está demonstrada a seguir:

-	31/12/11		
	Balanço	Patrimonial	
	Publicado	Reclassificado	
Ativo Circulante		·	
Contas a Receber	207.846	209.097	
Outros ativos circulantes	5.781	4.530	
Serviços em Curso	37.289	10.957	
Passivo Circulante			
Outros passivos circulantes	16.640	16.640	
Taxas regulamentares	40.304	13.972	

- (a) Reclassificação dos créditos a receber referente ao Subsídio baixa renda (R\$ 1.251 em 31 de dezembro de 2011) do grupo de Outros ativos circulantes para Contas a receber;
- (b) Os gastos relativos aos Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética apropriados como serviços próprios e em curso estão sendo apresentados líquidos dos recursos disponíveis para aplicação nesses programas, no grupo de Taxas Regulamentares;
- (c) Os Impostos diferidos representam as diferenças temporárias determinadas pela comparação entre os valores contábeis de ativos e passivos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias 30 de setembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	_30/09/12	31/12/11
Caixa e Depósitos bancários à vista	8.649	6.039
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	970	1.013
Fundos de investimento	159.720	147.508
	169.339	154.560

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

As aplicações financeiras são formadas, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por ativos visando melhor rentabilidade com menor nível de risco, podendo conter diversos ativos como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB's, entre outros. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota do dia.

Outra parte das aplicações financeiras é formada por Certificados de Depósito Bancário – CDB's, que correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas pela empresa a percentuais que variam de 98,5% a 100%, o do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), tendo como característica alta liquidez e baixo risco de crédito.

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

As contas a receber de clientes e outros estão compostas da seguinte forma:

	Ref.	30/09/12	31/12/11
Consumidores	(a)	458.687	469.120
Títulos a receber		1.000	952
Comercialização de energia na CCEE	(b)	20.646	16.319
Disponibilização do sistema de distribuição		6.033	6.830
Serviços prestados a terceiros		2.109	2.424
Subvenção à baixa renda - tarifa social	(c)	10.691	1.251
Outros créditos		7.138	6.617
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(d)	(68.690)	(70.006)
Total		437.614	433.507
Circulante		221.256	209.097
Não circulante		216.358	224.410

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias 30 de setembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Consumidores

		Saldos vencidos		Saldos vencidos		Total		PCLD	
	Saldos	Até 90	Mais de 90						
	vincendos	dias	dias	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11		
Setor privado									
Residencial	24.561	30.102	11.566	66.229	68.139	(11.566)	(13.170)		
Industrial	9.673	3.413	5.489	18.575	22.653	(5.489)	(6.032)		
Comercial, serviços e outras	38.051	10.117	9.866	58.034	56.803	(9.866)	(10.188)		
Rural	6.483	3.047	14.909	24.439	23.557	(14.133)	(14.645)		
	78.768	46.679	41.830	167.277	171.152	(41.054)	(44.035)		
Setor público									
Poder público									
Federal	3.293	221	81	3.595	3.167	(81)	(126)		
Estadual	139.107	1.101	102	140.310	148.242	(69)	(146)		
Municipal	61.460	2.415	19.152	83.027	87.345	(19.152)	(17.448)		
	203.860	3.737	19.335	226.932	238.754	(19.302)	(17.720)		
Iluminação pública	2.888	1.155	673	4.716	3.546	(673)	(673)		
Serviço público	7.551	685	6.661	14.897	13.646	(6.661)	(6.626)		
Fornecimento não faturado	44.865			44.865	42.022				
Total	337.932	52.256	68.499	458.687	469.120	(67.690)	(69.054)		
Circulante				257.331	259.885	(67.056)	(68.842)		
Não circulante				201.356	209.235	(634)	(212)		

No contas a receber estão incluídos valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, acrescidos de juros e multa calculados pro rata temporis.

Do saldo total, o montante de R\$ 134.519 (R\$ 144.328 em 31 de dezembro de 2011), refere-se ao alongamento da dívida da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte – CAERN, conforme Instrumento Particular de Reconhecimento, Consolidação, Pagamento e Parcelamento de Débito CD-0103/2006 e CD-0023/2011.

(b) Comercialização de energia na CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia – MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Os valores do não circulante compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculadas a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias 30 de setembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Subvenção à baixa renda – tarifa social

O Governo Federal, por meio das Leis nºs 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

O Decreto Presidencial nº 7.583, de 13 de outubro de 2011 definiu as fontes para concessão de subvenção econômica, a ser custeada com recursos da CDE e com alterações na estrutura tarifária de cada concessionária. A Resolução Normativa ANEEL nº. 472, de 24 de janeiro de 2012 estabeleceu a metodologia de cálculo para apurar a Diferença Mensal de Receita – DMR e o montante de recursos a ser repassado a cada distribuidora para custear essa diferença.

(d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias. Considera também, uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros.

Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº. 9.430/96, está adicionado ao lucro real e à base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL.

	Consumidores	Títulos a receber	Outros créditos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(69.054)	(952)	(17.031)	(87.037)
Adições	(15.691)	(48)	-	(15.739)
Reversões	17.055	-	-	17.055
Baixados a reserva	-	-	31	31
Saldos em 30 de setembro de 2012	(67.690)	(1.000)	(17.000)	(85.690)

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Agente		Tipo de				
Financeiro	Ref.	aplicação	Vencimento	Indexador	30/09/12	31/12/11
Disponíveis para venda						
Banco do Brasil	(2)	Fundo BB Polo	(*)	CDI	6.699	6.530
Banco Itaú	(2)	CDB	diversos	CDI	10	2.141
Banco Nordeste do Brasil	(1)	Carteira de clientes/CDI	Diversos	CDI	20.691	28.701
Bradesco	(2)	Fundo Recife	(*)	CDI	9.428	2.392
Bradesco	(2)	CDB/CDI	Diversos	CDI	10	742
Caixa Econômica Federal	(2)	CDB	diversos	CDI	8.974	5.647
Total					45.812	46.153
Circulante Não Circulante					25.121 20.691	17.452 28.701

(*) Aplicações sem vencimento pré-determinado

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias 30 de setembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (1) Constituem reservas reais para garantia de empréstimos junto ao BNB (vide nota explicativa nº. 14).
- (2) Constitui garantia suplementar para pagamento de contrato de energia.

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Ref.	30/09/12	31/12/11
Circulante			
Imposto de renda - IR	(1)	16.266	3.925
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(1)	17.301	866
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(2)	12.309	10.003
Programa de integração social - PIS	(3)	872	999
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(3)	4.019	4.604
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		435	364
Imposto sobre serviços - ISS		539	352
Outros			2
		51.741	21.115
Não Circulante			
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(2)	12.282	10.779
Total		64.023	31.894

- (1) O ativo de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) correspondem às antecipações de aplicações financeiras e órgãos públicos, saldo negativo do Imposto de Renda (IR) e base de cálculo negativa da CSLL, referente ao período de 2008 a 2011.
- (2) O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) está composto da seguinte forma:
- (a) ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo operacional, para fins contábeis registrado no ativo financeiro e no ativo intangível e apurado com base na Lei Complementar nº. 102, de 11 de julho de 2000, no montante de R\$ 21.165 (R\$ 19.256, em 31 de dezembro de 2011).
- (b) Diversos créditos de ICMS a recuperar no montante de R\$ 3.425 em 30 de setembro de 2012 (R\$ 1.526 em 31 de dezembro de 2011).
- (3) PIS e COFINS a compensar decorrente das antecipações de órgãos públicos e do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente, no montante de R\$ 4.891 (R\$ 5.603 em 31 de dezembro de 2011).

7. SERVIÇOS EM CURSO

	30/09/12	31/12/11
Serviço próprio	5.381	5.585
Serviços prestados a terceiros	5.674	5.372
Total	11.055	10.957

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias 30 de setembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As Ordens de Serviço em Curso representa um processo de registro, acompanhamento e controle de valores, que será utilizado para apuração de custos referentes aos serviços executados para terceiros ou para a própria concessionária e permissionária. Quando da conclusão dos serviços esses custos serão transferidos para outras contas patrimoniais e/ou de resultado a depender da natureza do serviço.

8. OUTROS ATIVOS

	Ref.	30/09/12	31/12/11
Adiantamentos a empregados		5.158	769
Adiantamentos a fornecedores		181	181
Serviços prestados a terceiros		830	822
RGR a compensar		445	533
Dispêndios a reembols ar em curs o	(a)	1.184	1.124
Uso mútuo de postes		1.265	407
Outros créditos a receber		1.585	1.069
Total		10.648	4.905
Circulante		9.827	4.530
Não Circulante		821	375

Apresentado líquido da Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD, no montante de R\$ 17.000 (R\$ 17.031 em 31 de dezembro de 2011), vide nota 4, item (d).

(a) Referem-se a gastos efetuados em obras de construção/instalação do padrão de entrada e do kit de baixa renda do Programa Luz para Todos, a serem reembolsados através de subvenções de recursos do Governo Federal.

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos, sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, a CSLL está constituída a alíquota de 9%.

	Ativo				
	30/09	9/12	31/1	2/11	
	Base de Tributo		Base de	Tributo	
	cálculo	diferido	cálculo	diferido	
Imposto de renda					
Diferenças temporárias	14.662	3.665	36.332	9.083	
Contribuição Social					
Diferenças temporárias	(20.047)	(1.804)	7.946	716	
Total		1.861		9.799	

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias 30 de setembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

	30/09/12		31/12/11	
Ativo	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	42.426	42.426	43.802	43.802
Provisão para contingências	30.510	30.510	28.685	28.685
Provisão agente arrecadador	2.099	2.099	2.099	2.099
Provisão PLR	2.711	2.711	3.322	3.322
Incentivo fiscal Sudene	34.709	-	28.386	-
Ajustes RTT				
Déficit plano previdenciário	134	134	134	134
Ativos e passivos regulatórios	16.115	16.115	16.115	16.115
Outros	1.527	1.527	1.728	1.728
Total Ativo	130.231	95.522	124.271	95.885
	30/0	9/12	31/12	2/11
Passivo (-)	IR	CSLL	IR	CSLL
Ajustes RTT				
Aplicação do "hedge accounting"	(403)	(403)	(506)	(506)
Diferença entre o valor justo do ano corrente e o valor justo na adoção inicial	(30.676)	(30.676)	(11.543)	(11.543)
Ajuste da quota anual de amortização	(4.488)	(4.488)	(3.590)	(3.590)
Capitalização/(amortização) de juros de acordo como IFRS	(16.225)	(16.225)	(18.240)	(18.240)
Déficit plano previdenciário	(135)	(135)	(135)	(135)
Superávit plano previdenciário	(3.160)	(3.160)	(3.160)	(3.160)
Ativos e passivos regulatórios	(57.927)	(57.927)	(47.255)	(47.255)
Custo de captação	(2.555)	(2.555)	(3.510)	(3.510)
Total Passivo	(115.569)	(115.569)	(87.939)	(87.939)
Total Líquido	14.662	(20.047)	36.332	7.946

Estudos técnicos de viabilidade, aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos ativos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado que a mesma opera, conforme deliberação CVM nº. 371, cuja expectativa de realização dos créditos fiscais será de R\$ 22.172 em 2012 e R\$17.526 em 2013.

Como a base tributável do IR e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de IR e CSLL. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias 30 de setembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A seguir é apresentada reconciliação da despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 30 de setembro 2012 e 2011:

		Periodo de	nove meses	findos em
	30/09	9/12	30/09	9/11
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	226.165	226.165	184.635	184.635
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(6.251)	(6.251)	(6.480)	(6.480)
Juros sobre capital próprio			(32.396)	(32.396)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	219.914	219.914	145.759	145.759
Aliquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às aliquotas da legislação	54.979	19.792	36.440	13.118
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período: (+) Adições				
Contribuições e doações	190	68	161	58
Multas indedutiveis	11	4	6	2
Depreciação veículos executivos	149	54	209	75
Outras adições	98	35	50	_
	448	161	426	135
(-) Exclusões				
Reversão da provisão do ágio	(3.033)	(1.092)	(3.145)	(1.132)
Incentivo fiscal SUDENE	(41.058)	-	(18.877)	-
Incentivos audiovisual/rouanet e PAT	(614)	-	(382)	-
Outras exclusões	(539)	(137)	(18)	(1)
	(45.244)	(1.229)	(22.422)	(1.133)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	10.183	18.724	14.444	12.120
Corrente	9.548	17.927	4.386	8.499
Diferido	635	797	10.058	3.621
	10.183	18.724	14.444	12.120
		Período /	la três masas	findos em
	30/09		le três meses	
	30/09 IR	9/12	le três meses 30/09 IR	9/11
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	30/09 IR 75.227		30/09	
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social Amortização do ágio e reversão da PMIPL	IR 75.227	0/12 CSLL 75.227	30/09 IR 72.727	0/11 CSLL 72.727
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	IR	O/12 CSLL	30/09 IR 72.727 (2.160)	O/11 CSLL 72.727 (2.160)
Amortização do ágio e reversão da PMIPL Juros sobre capital próprio	IR 75.227	0/12 CSLL 75.227	30/09 IR 72.727	0/11 CSLL 72.727
Amortização do ágio e reversão da PMIPL Juros sobre capital próprio Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	IR 75.227 (2.084)	75.227 (2.084)	30/09 IR 72.727 (2.160) (10.799)	CSLL 72.727 (2.160) (10.799)
Amortização do ágio e reversão da PMIPL Juros sobre capital próprio	IR 75.227 (2.084) - 73.143	75.227 (2.084) - 73.143	30/09 IR 72.727 (2.160) (10.799) 59.768	CSLL 72.727 (2.160) (10.799) 59.768
Amortização do ágio e reversão da PMIPL Juros sobre capital próprio Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT Aliquota do imposto de renda e contribuição social Imposto de renda e contribuição social às aliquotas da legislação Ajustes ao lucro liquido que afetam o resultado fiscal do periodo:	IR 75.227 (2.084) - 73.143 25%	75.227 (2.084) - 73.143 9%	30/09 IR 72.727 (2.160) (10.799) 59.768 25%	72.727 (2.160) (10.799) 59.768 9%
Amortização do ágio e reversão da PMIPL Juros sobre capital próprio Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT Aliquota do imposto de renda e contribuição social Imposto de renda e contribuição social às aliquotas da legislação Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do periodo: (+) Adições	IR 75.227 (2.084) - 73.143 25% 18.286	7/12 CSLL 75.227 (2.084) - 73.143 9% 6.583	30/09 IR 72.727 (2.160) (10.799) 59.768 25% 14.942	7/11 CSLL 72.727 (2.160) (10.799) 59.768 9% 5.379
Amortização do ágio e reversão da PMIPL Juros sobre capital próprio Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT Aliquota do imposto de renda e contribuição social Imposto de renda e contribuição social às aliquotas da legislação Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do periodo: (+) Adições Contribuições e doações	IR 75.227 (2.084) - 73.143 25%	75.227 (2.084) - 73.143 9%	30/09 IR 72.727 (2.160) (10.799) 59.768 25%	72.727 (2.160) (10.799) 59.768 9%
Amortização do ágio e reversão da PMIPL Juros sobre capital próprio Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT Aliquota do imposto de renda e contribuição social Imposto de renda e contribuição social às aliquotas da legislação Ajustes ao lucro liquido que afetam o resultado fiscal do periodo: (+) Adições Contribuições e doações Multas indedutiveis	IR 75.227 (2.084) - 73.143 25% 18.286	7/12 CSLL 75.227 (2.084) - 73.143 9% 6.583	30/09 IR 72.727 (2.160) (10.799) 59.768 25% 14.942	7/11 CSLL 72.727 (2.160) (10.799) 59.768 9% 5.379
Amortização do ágio e reversão da PMIPL Juros sobre capital próprio Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT Aliquota do imposto de renda e contribuição social Imposto de renda e contribuição social às aliquotas da legislação Ajustes ao lucro liquido que afetam o resultado fiscal do periodo: (+) Adições Contribuições e doações Multas indedutiveis Depreciação veiculos executivos	75.227 (2.084) - 73.143 25% 18.286	7/12 CSLL 75.227 (2.084) - 73.143 9% 6.583	30/09 IR 72.727 (2.160) (10.799) 59.768 25% 14.942 98 6	7/11 CSLL 72.727 (2.160) (10.799) 59.768 9% 5.379 35 2 26
Amortização do ágio e reversão da PMIPL Juros sobre capital próprio Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT Aliquota do imposto de renda e contribuição social Imposto de renda e contribuição social às aliquotas da legislação Ajustes ao lucro liquido que afetam o resultado fiscal do periodo: (+) Adições Contribuições e doações Multas indedutiveis	IR 75.227 (2.084) - 73.143 25% 18.286	7/12 CSLL 75.227 (2.084) - 73.143 9% 6.583	30/05 IR 72.727 (2.160) (10.799) 59.768 25% 14.942 98 6 74	7/11 CSLL 72.727 (2.160) (10.799) 59.768 9% 5.379
Amortização do ágio e reversão da PMIPL Juros sobre capital próprio Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT Aliquota do imposto de renda e contribuição social Imposto de renda e contribuição social às aliquotas da legislação Ajustes ao lucro liquido que afetam o resultado fiscal do periodo: (+) Adições Contribuições e doações Multas indedutiveis Depreciação veiculos executivos	IR 75.227 (2.084) - 73.143 25% 18.286	7/12 CSLL 75.227 (2.084) - 73.143 9% 6.583	30/05 IR 72.727 (2.160) (10.799) 59.768 25% 14.942 98 6 74 10	7/11 CSLL 72.727 (2.160) (10.799) 59.768 9% 5.379 35 2 26 2
Amortização do ágio e reversão da PMIPL Juros sobre capital próprio Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT Aliquota do imposto de renda e contribuição social Imposto de renda e contribuição social às aliquotas da legislação Ajustes ao lucro liquido que afetam o resultado fiscal do periodo: (+) Adições Contribuições e doações Multas indedutiveis Depreciação veículos executivos Outras adições (-) Exclusões	IR 75.227 (2.084) - 73.143 25% 18.286 144 - 50 59 253	7/12 CSLL 75.227 (2.084) - 73.143 9% 6.583 51 - 18 21	30/05 IR 72.727 (2.160) (10.799) 59.768 25% 14.942 98 6 74 10 188	7/11 CSLL 72.727 (2.160) (10.799) 59.768 9% 5.379 35 2 26 2 65
Amortização do ágio e reversão da PMIPL Juros sobre capital próprio Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT Aliquota do imposto de renda e contribuição social Imposto de renda e contribuição social às aliquotas da legislação Ajustes ao lucro liquido que afetam o resultado fiscal do periodo: (+) Adições Contribuições e doações Multas indedutiveis Depreciação veículos executivos Outras adições	IR 75.227 (2.084) - 73.143 25% 18.286 144 - 50 59 253 (1.011)	7/12 CSLL 75.227 (2.084) - 73.143 9% 6.583	30/05 IR 72.727 (2.160) (10.799) 59.768 25% 14.942 98 6 74 10	7/11 CSLL 72.727 (2.160) (10.799) 59.768 9% 5.379 35 2 26 2
Amortização do ágio e reversão da PMIPL Juros sobre capital próprio Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT Aliquota do imposto de renda e contribuição social Imposto de renda e contribuição social às aliquotas da legislação Ajustes ao lucro liquido que afetam o resultado fiscal do periodo: (+) Adições Contribuições e doações Multas indedutiveis Depreciação veículos executivos Outras adições (-) Exclusões Reversão da provisão do ágio	IR 75.227 (2.084) - 73.143 25% 18.286 144 - 50 59 253	7/12 CSLL 75.227 (2.084) - 73.143 9% 6.583 51 - 18 21	30/05 IR 72.727 (2.160) (10.799) 59.768 25% 14.942 98 6 74 10 188 (1.048)	7/11 CSLL 72.727 (2.160) (10.799) 59.768 9% 5.379 35 2 26 2 65
Amortização do ágio e reversão da PMIPL Juros sobre capital próprio Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT Aliquota do imposto de renda e contribuição social Imposto de renda e contribuição social às aliquotas da legislação Ajustes ao lucro liquido que afetam o resultado fiscal do periodo: (+) Adições Contribuições e doações Multas indedutiveis Depreciação veículos executivos Outras adições (-) Exclusões Reversão da provisão do ágio Incentivo fiscal SUDENE	IR 75.227 (2.084) - 73.143 25% 18.286 144 - 50 59 253 (1.011) (12.275)	7/12 CSLL 75.227 (2.084) - 73.143 9% 6.583 51 - 18 21	98 6 74 10 18 72.727 (2.160) (10.799) 59.768 25% 14.942	7/11 CSLL 72.727 (2.160) (10.799) 59.768 9% 5.379 35 2 26 2 65 (377)
Amortização do ágio e reversão da PMIPL Juros sobre capital próprio Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT Aliquota do imposto de renda e contribuição social Imposto de renda e contribuição social às aliquotas da legislação Ajustes ao lucro liquido que afetam o resultado fiscal do periodo: (+) Adições Contribuições e doações Multas indedutiveis Depreciação veículos executivos Outras adições (-) Exclusões Reversão da provisão do ágio Incentivo fiscal SUDENE Incentivos audiovisual/rouanet e PAT	IR 75.227 (2.084) - 73.143 25% 18.286 144 - 50 59 253 (1.011) (12.275) (244)	7/12 CSLL 75.227 (2.084) - 73.143 9% 6.583 51 - 18 21	98 6 74 10 18 72.727 (2.160) (10.799) 59.768 25% 14.942	7/11 CSLL 72.727 (2.160) (10.799) 59.768 9% 5.379 35 2 26 2 65
Amortização do ágio e reversão da PMIPL Juros sobre capital próprio Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT Aliquota do imposto de renda e contribuição social Imposto de renda e contribuição social às aliquotas da legislação Ajustes ao lucro liquido que afetam o resultado fiscal do periodo: (+) Adições Contribuições e doações Multas indedutiveis Depreciação veículos executivos Outras adições (-) Exclusões Reversão da provisão do ágio Incentivo fiscal SUDENE Incentivos audiovisual/rouanet e PAT	IR 75.227 (2.084) - 73.143 25% 18.286 144 - 50 59 253 (1.011) (12.275) (244) (1.466)	7/12 CSLL 75.227 (2.084) - 73.143 9% 6.583 51 - 18 21 90 (364) -	98 6 74 10 10.48) 10.48) 11.372) 12.372) 12.372 13.3727 10.483 11.3727 12.372 12.372 12.372 12.372	7/11 CSLL 72.727 (2.160) (10.799) 59.768 9% 5.379 35 2 26 2 65 (377) - (1)
Amortização do ágio e reversão da PMIPL Juros sobre capital próprio Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT Aliquota do imposto de renda e contribuição social Imposto de renda e contribuição social às aliquotas da legislação Ajustes ao lucro liquido que afetam o resultado fiscal do periodo: (+) Adições Contribuições e doações Multas indedutiveis Depreciação veículos executivos Outras adições (-) Exclusões Reversão da provisão do ágio Incentivo fiscal SUDENE Incentivos audiovisual/rouanet e PAT Outras exclusões Imposto de renda e contribuição social no resultado	IR 75.227 (2.084) - 73.143 25% 18.286 144 - 50 59 253 (1.011) (12.275) (244) (1.466) (14.996) 3.543	7/12 CSLL 75.227 (2.084) - 73.143 9% 6.583 51 - 18 21 90 (364) - (364) - (364) 6.309	30/09 IR 72.727 (2.160) (10.799) 59.768 25% 14.942 98 6 74 10 188 (1.048) (12.372) (123) (3) (13.546) 1.584	7/11 CSLL 72.727 (2.160) (10.799) 59.768 9% 5.379 35 2 26 2 65 (377) - (1) (378) 5.066
Amortização do ágio e reversão da PMIPL Juros sobre capital próprio Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT Aliquota do imposto de renda e contribuição social Imposto de renda e contribuição social às aliquotas da legislação Ajustes ao lucro liquido que afetam o resultado fiscal do periodo: (+) Adições Contribuições e doações Multas indedutíveis Depreciação veiculos executivos Outras adições (-) Exclusões Reversão da provisão do ágio Incentivo fiscal SUDENE Incentivos audiovisual/rouanet e PAT Outras exclusões Imposto de renda e contribuição social no resultado Corrente	IR 75.227 (2.084) - 73.143 25% 18.286 144 - 50 59 253 (1.011) (12.275) (244) (1.466) (14.996) 3.543 3.155	7/12 CSLL 75.227 (2.084) - 73.143 9% 6.583 51 - 18 21 90 (364) - (364) - (364) - (364) - (364)	30/09 IR 72.727 (2.160) (10.799) 59.768 25% 14.942 98 6 74 10 188 (1.048) (12.372) (123) (3) (13.546) 1.584 (478)	7/11 CSLL 72.727 (2.160) (10.799) 59.768 9% 5.379 35 2 26 2 65 (377) - (1) (378) 5.066 4.324
Amortização do ágio e reversão da PMIPL Juros sobre capital próprio Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT Aliquota do imposto de renda e contribuição social Imposto de renda e contribuição social às aliquotas da legislação Ajustes ao lucro liquido que afetam o resultado fiscal do periodo: (+) Adições Contribuições e doações Multas indedutiveis Depreciação veículos executivos Outras adições (-) Exclusões Reversão da provisão do ágio Incentivo fiscal SUDENE Incentivos audiovisual/rouanet e PAT Outras exclusões Imposto de renda e contribuição social no resultado	IR 75.227 (2.084) - 73.143 25% 18.286 144 - 50 59 253 (1.011) (12.275) (244) (1.466) (14.996) 3.543	7/12 CSLL 75.227 (2.084) - 73.143 9% 6.583 51 - 18 21 90 (364) - (364) - (364) 6.309	30/09 IR 72.727 (2.160) (10.799) 59.768 25% 14.942 98 6 74 10 188 (1.048) (12.372) (123) (3) (13.546) 1.584	7/11 CSLL 72.727 (2.160) (10.799) 59.768 9% 5.379 35 2 26 2 65 (377) - (1) (378) 5.066

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias 30 de setembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Regime Tributário de Transição

A Medida Provisória 449/2008, de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº. 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº. 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT foi opcional para o biênio 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para às pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC's: Estrutura Conceitual Básica (Reconhecimento de ativos e passivos regulatórios), 04 (Ativo Intangível), 08 (Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários), 20 (R1) (Custos de Empréstimos), 33 (Benefícios a Empregados), 38 (Instrumentos Financeiros) e ICPC 01 (Contratos de Concessão).

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

	30/09/12	31/12/11
Trabalhistas	5.961	5.384
Cíveis	2.107	1.364
Fiscais	12.698	12.173
PIS / COFINS	4.678	4.552
Impostos Municipais	433	432
INSS	5.260	4.950
CSLL	803	759
Outros	1.524	1.480
Total	20.766	18.921

Os depósitos judiciais são atualizados mensalmente, pelos índices aplicáveis para a atualização das cadernetas de poupança (TR), nos casos de depósitos de natureza cível e trabalhista e para a atualização dos valores relativos a débitos tributários (Taxa SELIC) para os depósitos de natureza fiscal/tributária.

11. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO FINANCEIRO)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº. 08, de 31 de dezembro de 1997 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Concessionária - Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

(i) O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias 30 de setembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- (iii) Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- (iv) O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) — Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores (vide nota explicativa nº. 12).

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias 30 de setembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação dos saldos referentes a Concessão do Serviço Púbico (Ativo Financeiro) está assim apresentada:

Saldos em 31 de dezembro de 2011	144.781
Baixas	(593)
Transferências (a)	136.029
Atualização monetária / valor justo	19.132
Saldos em 30 de setembro de 2012	299.349

(a) Transferência do intangível devido a remensuração da infraestrutura da concessão, em decorrência das novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgados no setor elétrico, conforme Resolução Normativa ANEEL nº. 474/12 (vide comentários nota 12) no montante de R\$ 91.349 e transferência do intangível pelo processo de novos ativos incorporados no montante de R\$ 44.680.

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão outorgada tem prazo de vigência de 30 anos, encerrando-se em dezembro de 2027. O contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do termo final do contrato ou outra das hipóteses que prevê, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

12. INTANGÍVEL

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

	30/09/2012					31/12/11
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização	Custo	A mortização acumulada	Obrigações es peciais	Valor	Valor líquido
	(%)	Custo	acumulada	especiais	líquido	nquido
Em serviço Direito de uso da concessão Em curso	4,86%	687.654	(217.971)	32.104	501.787	562.087
Direito de uso da concessão		93.490	-	11.219	104.709	95.892
Total		781.144	(217.971)	43.323	606.496	657.979

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

		Emser	viço			Emcurso		
		Amortização	Obrigações	Valor		Obrigações	Valor	
	Custo	acumulada	especiais	líquido	Custo	especiais	líquido	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	721.744	(178.020)	18.363	562.087	86.184	9.708	95.892	657.979
Adições	-	-	-	-	125.844	(1.467)	124.377	124.377
Baixas	(5.329)	5.082	-	(247)	-	-	-	(247)
Amortizações	-	(45.075)	5.158	(39.917)	-	-	-	(39.917)
Transferências - Intangíveis	73.190	-	(2.009)	71.181	(73.190)	2.009	(71.181)	-
Transferências - Ativos financeiros	(101.951)	-	10.602	(91.349)	(45.649)	969	(44.680)	(136.029)
Transferências - Outros		42	(10)	32	301		301	333
Saldos em 30 de setembro de 2012	687.654	(217.971)	32.104	501.787	93.490	11.219	104.709	606.496
Transferências - Ativos financeiros Transferências - Outros	(101.951)	42	10.602	(91.349) 32	(45.649) 301	969	(44.680)	333

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias 30 de setembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado e pela Administração da Companhia como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil-econômica dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Púbico (Ativo Financeiro) (nota explicativa 11).

A Resolução Normativa ANEEL nº. 474 de 07/02/2012 estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infra-estrutura de distribuição.

Anteriormente à edição da Resolução ANEEL 474, a vida útil média do conjunto de ativos da Companhia era em torno de 22 anos, variando entre 21 e 24 anos. Com a implementação da Resolução ANEEL 474, a vida útil desses ativos passou a se situar entre 25 e 28 anos, com média de 26 anos, o que corresponde ao acréscimo de 4 anos em relação à vida útil econômica média anterior.

Considerando esse aumento da vida útil, houve uma diminuição da amortização e o conseqüente um aumento da parcela residual da infra-estrutura que a Companhia espera receber como indenização ao final do período da Concessão. Como conseqüência, houve uma redistribuição da infra-estrutura que é classificada no ativo intangível e no ativo financeiro, em decorrência da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

A Companhia realizou os cálculos para determinar a nova estimativa de valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da Concessão e do montante atribuível ao ativo intangível. Considerando os aspectos econômicos, regulatórios e o melhor entendimento técnico-contábil, essa remensuração da infraestrutura resultou, em 30 de setembro de 2012, na reclassificação de R\$ 91.349 da conta de ativo intangível para o ativo financeiro, sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 — Contratos de Concessão.

(a) Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias 30 de setembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

(b) Análise do valor de recuperação dos ativos

A Companhia avaliou o valor de recuperação dos seus ativos com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

O fluxo de caixa foi projetado com base nos resultados operacionais e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira: e
- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

13. FORNECEDORES

A composição do saldo em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é como segue:

Fornecedores	30/09/12	31/12/11
Energia elétrica	68.626	64.018
Terceiros	67.675	63.021
Partes relacionadas	951	997
Encargos de uso da rede	11.008	9.185
Terceiros	10.995	9.177
Partes relacionadas	13	8
Materiais e serviços	18.925	9.536
Terceiros	18.844	9.300
Partes relacionadas	81	236
Energia livre	10.140	9.016
Total	108.699	91.755
Circulante	98.559	82.739
Não circulante	10.140	9.016

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias 30 de setembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O saldo de não circulante refere-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL através do Despacho nº. 2517/2010, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão contestados pelos concessionários de distribuição, representados pela ABRADEE, e impetraram Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar (Processo nº. 437399120104013400/DF), requerendo o reconhecimento da ilegalidade do ato e a anulação do despacho. Em 28 de setembro de 2010 obteve-se o deferimento da antecipação da tutela recursal e em 22 de novembro de 2010 a liminar foi deferida.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

		Encargos		Principal		Total	
			Não		Não		
Composição da dívida	Taxa efetiva	Circulante	circulante	Circulante	circulante	30/09/12	31/12/11
Moeda nacional							
BNB	10,00% aa a 10,50% aa	75	-	28.414	69.331	97.820	119.622
(-) Custos de transação	10,00% aa a 10,50% aa			(134)	(158)	(292)	(420)
		75	-	28.280	69.173	97.528	119.202
BNDES FINEM	TJLP+1,82% aa a TJLP+3,12% aa / 4,5% aa a 5,5% aa	439	-	19.084	126.926	146.449	114.258
Eletrobrás	6% aa	-	-	3.023	9.413	12.436	14.703
FINEP	5,13% aa a 5,34% aa	33	-	2.996	12.985	16.014	18.259
(-) Custos de transação				(36)	(70)	(106)	(137)
		33	-	2.960	12.915	15.908	18.122
Banco do Brasil	14,11% aa a 14,63% aa	14.564	16.816	-	230.026	261.406	250.361
(-) Custos de transação	14,1170 aa a 14,0370 aa	-	-	(1.091)	(1.066)	(2.157)	(2.952)
Operações com swap					(2.642)	(2.642)	(3.187)
Total moeda nacional		15.111	16.816	52.256	444.745	528.928	510.507
Moeda estrangeira							
BANK OF AMERICA	Libor + 1,65% a.a	185	-	(116)	18.941	19.010	16.456
Operações com swap				(3.986)		(3.986)	(1.731)
Total moeda estrangeira		185	-	(4.102)	18.941	15.024	14.725
Total		15.296	16.816	48.154	463.686	543.952	525.232

(a) Captação de recursos:

Ingresso de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no montante de R\$ 28.978, para financiamento dos investimentos realizados no 3º trimestre de 2012, provenientes do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Limite de Crédito Rotativo, assinado em março de 2009 e aditado em agosto de 2012.

(b) Condições restritivas financeiras (covenants):

O contrato mantido com Bank Of América prevê cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos, como segue: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Nas informações trimestrais encerradas em 30 de setembro de 2012 e 2011, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias 30 de setembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	30/09/12			31/12/11			
		Custos	Total		Custos	Total	
	Dívida	transação	líquido	Dívida	transação	líquido	
2013	17.903	(314)	17.589	56.353	(1.266)	55.087	
2014	208.840	(764)	208.076	194.643	(764)	193.879	
2015	151.792	(194)	151.598	141.737	(195)	141.542	
2016	59.870	(18)	59.852	48.698	(18)	48.680	
2017	28.907	(4)	28.903	19.724	(4)	19.720	
Após 2017	14.484		14.484	15.971		15.971	
Total	481.796	(1.294)	480.502	477.126	(2.247)	474.879	

A mutação dos empréstimos e financiamentos é a seguinte:

	Moeda	nacional	Moeda e	strangeira	
	Passivo	Não	Passivo	Não	
	circulante	circulante	circulante	circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	53.016	457.491	(2.663)	17.388	525.232
Ingressos	-	40.978	-	-	40.978
Encargos	27.215	5.743	324	-	33.282
Variação monetária e cambial	-	-	11	1.468	1.479
Swap	-	(1.617)	(852)	-	(2.469)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	17	-	85	102
Transferências	42.003	(42.003)	-	-	-
Amortizações e pagamentos de juros	(54.870)	-	(737)	-	(55.607)
(-) Custos de transação	3	952			955
Saldos em 30 de setembro de 2012	67.367	461.561	(3.917)	18.941	543.952

15. DEBÊNTURES

					30/09/12			31/12/11	
					Encargos	Princ	cipal		
		Quantidade de Títulos		Taxa			Não		
Debêntures	Série	Emitidos	Remuneração	Efetiva	Circulante	Circulante	Circulante	Total	Total
4ª Emissão	Única	16.360	CDI + 0,6% a.a	11,50%	2.486	36.352	54.544	93.382	110.069
(-) Custos de transação						(200)	(104)	(304)	(529)
Total					2.486	36.152	54.440	93.078	109.540

(a) Condições restritivas financeiras (covenants):

A escritura de emissão das debêntures prevê a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros pré-estabelecidos, como segue: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Nos trimestres findos em 30 de setembro de 2012 e 2011, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

		30/09/12			31/12/11	
		Custos	Total		Custos	Total
	Debêntures	Transação	líquido	Debêntures	Transação	líquido
2013	27.272	(35)	27.237	36.360	(176)	36.184
2014	27.272	(69)	27.203	36.360	(69)	36.291
Total	54.544	(104)	54.440	72.720	(245)	72.475

A mutação das debêntures é a seguinte:

	Não				
	Circulante	circulante	Total		
Saldos em 31 de dezembro de 2011	37.065	72.475	109.540		
Encargos	7.145	-	7.145		
Transferências	18.176	(18.176)	-		
Amortizações e pagamentos de juros	(23.831)	-	(23.831)		
(-) Custos de transação	83	141_	224		
Saldos em 30 de setembro de 2012	38.638	54.440	93.078		

16. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

	30/09/12	31/12/11
Salários	3.835	464
Encargos sociais	520	649
Provisões férias e 13° salário	3.222	2.044
Encargos sobre provisões de férias e 13° salário	2.303	1.558
Provisão PLR	2.711	3.322
Total	12.591	8.037

17. TAXAS REGULAMENTARES

	30/09/12	31/12/11
Reserva Global de Reversão – RGR	2.666	1.868
Conta de Consumo de Combustível – CCC	2.553	5.158
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	857	795
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	371	418
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	186	209
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	6.031	7.036
Programa de Eficientização Energética - PEE	923	776
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	212	212
Encargo do Consumidor - Tesouro Nacional	555	627
Total	14.354	17.099
Circulante	13.457	13.972
Não Circulante	897	3.127

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias 30 de setembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	30/09/12	31/12/11
Imposto de renda - IR	9.811	723
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	17.993	3.608
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	27.724	27.000
Programa de integração social - PIS	2.393	2.345
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	11.030	10.800
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	1.514	1.521
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	246	296
Imposto sobre serviços - ISS	854	718
Outros	514	310
Total	72.079	47.321

19. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A Assembléia de Acionistas da Companhia aprovou a declaração de dividendos propostos e distribuição de reserva de lucros da seguinte forma:

20/00/12 21/12/11

				Valor por ação	
Deliberação	Provento	Valor deliberado	ON	PNA	PNB
2012 AGOE de 17 de abril de 2012 AGOE de 17 de abril de 2012	Dividendos - Reserva de Lucros Dividendos Complementares	30.504 101.982 132.486	0,1774443794 0,5932389943	0,19518881730 0,65256289370	0,19518881730 0,65256289370
A movimentação dos	· ·	5 000			
Saldos em 31 de dezemb	oro de 2011	5.909			
Dividendos e juros sobi	re o capital próprio:				
Declarados		132.486			
Pagos no período		(107.009)			
Saldos em 30 de setemb	ro de 2012	31.386			

20. PROVISÕES

As provisões constituídas para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, no montante de R\$ 10.483 classificadas no passivo circulante (R\$ 6.415 em 31 de dezembro de 2011) e R\$ 20.141 no não circulante (R\$ 22.384 em 31 de dezembro de 2011) estão compostas como segue:

	Contingencias					
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total		
Saldos em 31 de dezembro de 2011	15.956	8.140	4.703	28.799		
Constituição	1.596	1.245	33	2.874		
Baixas/reversão	(1.483)	(1.781)	(61)	(3.325)		
Remuneração	1.071	887	318	2.276		
Saldos em 30 de setembro de 2012	17.140	8.491	4.993	30.624		

A administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias 30 de setembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários, aposentadorias e outras, e também, ações movidas por exempregados de seus empreiteiros envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

	Valor		Expectativa	Valor Prov	visionado
Contingências Trabalhistas	Atualizado	Instância	de Perda	30/09/12	31/12/11
Ex-empregados da Companhia	1.724	1 ^a , 2 ^a e 3 ^a	Provável	1.724	1.766
	3.475	1 ^a , 2 ^a e 3 ^a	Possível	-	-
	299	1 ^a , 2 ^a e 3 ^a	Remota	-	-
Ex-empregados de Empreiteiras	5.632	1 ^a , 2 ^a e 3 ^a	Provável	5.632	5.354
	4.727	1 ^a , 2 ^a e 3 ^a	Possível	-	-
	455	1 ^a , 2 ^a e 3 ^a	Remota	-	-
Empregados	9.784	1 ^a , 2 ^a e 3 ^a	Provável	9.784	8.836
	1.166	1 ^a , 2 ^a e 3 ^a	Possível	-	-
	468	1 ^a , 2 ^a e 3 ^a	Remota		
Total	27.730			17.140	15.956

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR), índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais.

	Valor		Expectativa	Valor Prov	visionado
Contingências Cíveis R	ef. Atualizado	Instância	de Perda	30/09/12	31/12/11
Clientes – Tarifas Plano Cruzado (1) 1.309	1 ^a , 2 ^a e 3 ^a	Provável	1.309	1.407
	119	1 ^a , 2 ^a e 3 ^a	Possível	-	-
	970	1 ^a , 2 ^a e 3 ^a	Remota	-	-
Indenização por perdas (2	2) 1.667	1 ^a , 2 ^a e 3 ^a	Provável	1.667	1.516
	64.617	1 ^a , 2 ^a e 3 ^a	Possível	-	-
	651	1 ^a , 2 ^a e 3 ^a	Remota	-	-
Acidente terceiros/trabalho (3	1.567	1 ^a , 2 ^a e 3 ^a	Provável	1.567	1.871
	4.281	1 ^a , 2 ^a e 3 ^a	Possível	-	-
	661	1 ^a , 2 ^a e 3 ^a	Remota	-	-
Irregularidade de consumo (4	821	1 ^a , 2 ^a e 3 ^a	Provável	821	635
	5.153	1 ^a , 2 ^a e 3 ^a	Possível	-	-
	609	1 ^a , 2 ^a e 3 ^a	Remota	-	-
Negativação SPC e Serasa (5	5) 181	1 ^a , 2 ^a e 3 ^a	Provável	181	44
	1.493	1 ^a , 2 ^a e 3 ^a	Possível	-	-
Cooperativas (6	377.679	1 ^a , 2 ^a e 3 ^a	Possível	-	-
Outras (7	2.946	1 ^a , 2 ^a e 3 ^a	Provável	2.946	2.667
	4.999	1 ^a , 2 ^a e 3 ^a	Possível	-	-
	5.937	1 ^a , 2 ^a e 3 ^a	Remota		
Total	475.660			8.491	8.140

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC acrescidos de juros de 1% a.m.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias 30 de setembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (1) Clientes Tarifas Plano Cruzado Ações movidas por alguns consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº. 38 e 45 do DNAEE, de 27 de janeiro e de 4 de março, ambas de 1986, e pleiteando a restituição de valores envolvidos.
- (2) Indenização por perdas Trata-se de ações indenizatórias movidas por pessoas físicas e jurídicas em função das atividades da Concessionária. As ações envolvem pedidos de ressarcimento de danos morais e materiais em virtude de suspensão de fornecimento de energia e queima de equipamentos, bem como pedido de ressarcimento por descumprimento contratual.
- (3) Acidente terceiros / trabalho Ações movidas por pessoas físicas em virtude de acidentes elétricos que causaram morte ou danos físicos.
- (4) Irregularidade de consumo Ações movidas por pessoas físicas e jurídicas questionando a lavratura de termos de ocorrências de irregularidades originados no desvio de energia, lavrados pela Concessionária.
- (5) Negativação SPC e Serasa Trata-se de ações indenizatórias movidas por pessoas físicas em função das atividades da Concessionária. As ações envolvem pedidos de ressarcimento de danos morais em virtude de negativação solicitada pela Concessionária em virtude de inadimplência.
- (6) Cooperativas Ações judiciais que discutem o Termo de Acordo conjunto firmado entre ANEEL, FECOERN, CERPAL e COSERN, que versa sobre a aquisição de acervo elétrico.
- (7) Outras Administrativa, Contrato de demanda, Poder normativo da concessionária, Contratos comercial/financeiro, Inadimplência e repercussões, Débito de terceiros, Corte indevido, Empréstimo compulsório, Contratos com terceirizados, Revisão de consumo de energia, Serviços de rede, Repetição de indébito, Racionamento de energia elétrica, Revisão de faturamento e Societário.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias 30 de setembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

Contingências Fiscais Ref. Atualizado Instância de Perda 30/09/12 31/12/11 ICMS (1) 858 1², 2² e 3² Provável 858 759 39.017 1², 2² e 3² Pos sível - - - - -	nscar.		Valor		Expectativa	Valor Prov	visionado
$\begin{array}{c ccccccccccccccccccccccccccccccccccc$	Contingências Fiscais	Ref.	Atualizado	Instância	de Perda	30/09/12	31/12/11
$ \begin{array}{c ccccccccccccccccccccccccccccccccccc$	ICMS	(1)	858	1 ^a , 2 ^a e 3 ^a	Provável	858	759
ISS (2) 6.053 1 ^a , 2 ^a e 3 ^a Possível			39.017	1 ^a , 2 ^a e 3 ^a	Possível	-	-
$\begin{array}{c ccccccccccccccccccccccccccccccccccc$			-	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
$ \begin{array}{c ccccccccccccccccccccccccccccccccccc$	ISS	(2)	6.053	1 ^a , 2 ^a e 3 ^a	Possível	-	-
$\begin{array}{c ccccccccccccccccccccccccccccccccccc$			16.235	1 ^a , 2 ^a e 3 ^a	Remota	-	-
$ \begin{array}{c ccccccccccccccccccccccccccccccccccc$	CSLL	(3)	30.702	1 ^a , 2 ^a e 3 ^a	Possível	-	-
$\begin{array}{c ccccccccccccccccccccccccccccccccccc$			9.127	1 ^a , 2 ^a e 3 ^a	Remota	-	-
$ \begin{array}{c ccccccccccccccccccccccccccccccccccc$	COFINS	(4)	66	1 ^a , 2 ^a e 3 ^a	Provável	66	62
IRPJ (5) 104.882 $1^a, 2^a e 3^a$ Possível 19.103 $1^a, 2^a e 3^a$ Remota 10.105 (6) 4.068 $1^a, 2^a e 3^a$ Provável 4.068 3.825 988 $1^a, 2^a e 3^a$ Provável 37 $1^a, 2^a e 3^a$ Remota 20.000 (7) 1 $1^a, 2^a e 3^a$ Remota 2.465 $1^a, 2^a e 3^a$ Provável 1 57 2.465 $1^a, 2^a e 3^a$ Provável 3.639 $1^a, 2^a e 3^a$ Remota 3.639 $1^a, 2^a e 3^a$ Remota			1.196	1 ^a , 2 ^a e 3 ^a	Possível	-	-
$\begin{array}{c ccccccccccccccccccccccccccccccccccc$	COFINS		1.408	1 ^a , 2 ^a e 3 ^a	Remota	-	-
INSS (6) 4.068 $1^a, 2^a e 3^a$ Provável 4.068 3.825 988 $1^a, 2^a e 3^a$ Possível 37 $1^a, 2^a e 3^a$ Remota Outras (7) $1 1^a, 2^a e 3^a$ Provável $1 57$ 2.465 $1^a, 2^a e 3^a$ Provável 3.639 $1^a, 2^a e 3^a$ Remota 3.639 $1^a, 2^a e 3^a$ Remota	IRPJ	(5)	104.882	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
$\begin{array}{cccccccccccccccccccccccccccccccccccc$			19.103	1 ^a , 2 ^a e 3 ^a	Remota	-	-
Outras	INSS	(6)	4.068	1ª, 2ª e 3ª	Provável	4.068	3.825
Outras (7) 1 1 ^a , 2 ^a e 3 ^a Provável 1 57 2.465 1 ^a , 2 ^a e 3 ^a Possível - 3.639 1 ^a , 2 ^a e 3 ^a Remota			988	1 ^a , 2 ^a e 3 ^a	Possível	-	-
2.465 1 ^a , 2 ^a e 3 ^a Possível 3.639 1 ^a , 2 ^a e 3 ^a Remota			37	1 ^a , 2 ^a e 3 ^a	Remota	-	-
	Outras	(7)	1	1 ^a , 2 ^a e 3 ^a	Provável	1	57
			2.465	1 ^a , 2 ^a e 3 ^a	Possível	-	-
Total 239.845 4.993 4.703			3.639	1 ^a , 2 ^a e 3 ^a	Remota		
	Total		239.845			4.993	4.703

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

- (1) ICMS Diversas ações movidas pelos municípios do RN objetivando a nulidade da remissão do ICMS para a COSERN antes da privatização da empresa, compreendendo o período de março de 1989 a junho de 1996. No caso das ações envolvendo a remissão do ICMS, os consultores legais entendem que a maior parte dos valores cobrados já se encontram prescritos. Por outro lado, a responsabilidade por indenizar os municípios seria do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. É possível alguma condenação para a Companhia, em virtude de eventual não recolhimento do ICMS no período supracitado, abrangendo apenas o exercício de 1996, desde que o crédito não esteja atingido pela decadência ou prescrição. O Estado do Rio Grande do Norte cobrou administrativamente esses valores e a COSERN moveu ação anulatória de débito fiscal contra essa cobrança, estando o processo aguardando sentença. Em sede de antecipação de tutela a exigibilidade do crédito foi suspensa reconhecendo o juiz a ocorrência da prescrição de todo o débito.
- (2) ISS Refere-se a autos de infração lavrados pela Poder Público Municipal, exigindo ISS sobre serviço por terceiros.
- (3) CSLL Auto de infração decorrente da não adição da despesa de ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL. A COSERN apresentou impugnação, pois entende que esse ágio, por ser derivado da expectativa de rentabilidade futura, é dedutível na apuração desses tributos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias 30 de setembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(4) COFINS – refere-se a processo judicial onde se busca a compensação tributária do crédito de COFINS relativo a pagamento superior ao efetivamente devido em dezembro de 2008.

(5) IRPJ/IRRF:

IRPJ - Auto de infração decorrente da não adição da despesa de ágio nas bases de cálculo do IRPJ. A COSERN apresentou impugnação, pois entende que esse ágio, por ser derivado da expectativa de rentabilidade futura, é dedutível na apuração desses tributos.

IRRF- Auto de infração motivado pela falta de retenção do IRRF incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio. A Companhia interpôs impugnação administrativa sob o argumento que o procedimento adotado está lastreado nas disposições contidas no Parecer Normativo COSIT nº. 01/2002. No último mês de abril, o Conselho de Contribuintes anulou o auto de infração.

- (6) INSS Refere-se a ação anulatória para desconstituir lançamentos relacionados a NFLD nº. 35.814.150-8 que cobra supostos débitos previdenciários das competências de 01/1997 a 08/2006, oriundos de processos trabalhistas e salário indireto, e das competências de 02/1999 a 06/2006, referentes a retenções de serviços prestados por autônomos.. Parte dos valores reivindicados pelo INSS já foi atingido pela decadência. Contudo, os consultores legais da empresa entendem que a outra parte dos valores cobrados podem ser devidos e consideram que a provisão constituída é suficiente para fazer frente a futuros desembolsos.
- (7) Outras Demandas em esfera administrativa ou judicial que envolvem matérias não enquadradas nas hipóteses anteriores, ou que digam respeito a mais de uma exação fiscal.

21. OUTROS PASSIVOS

	Ref	30/09/12	31/12/11
Consumidores	(1)	13.023	13.375
Empregados - adiantamento acordo coletivo		2	2
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP		(14)	(16)
Empréstimos compulsórios - ELETROBRÁS		293	293
Caução em garantia	(2)	10.434	6.265
Encargos CBEE		32	21
Adiantamentos recebidos		2.619	2.463
Outras		(445)	(436)
Total		25.944	21.967
Circulante		22.819	16.640
Não circulante		3.125	5.327

- (1) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.
- (2) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias 30 de setembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social integralizado da Companhia em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro 2011 é de R\$ 179.787.

A composição do capital social realizado por classe de ações, sem valor nominal, e principais acionistas é a seguinte:

			Nº de .	Ações (E	M UNIDADE	S)		
	Ações Ordi	nárias	A	ções Pre	ferenciais			
Acionistas	Única	%	A	%	В	%	Total	%
Neoenergia S.A.	110.814.372	85,41	16.507.498	80,11	14.645.619	82,64	141.967.489	84,47
Iberdrola Energia	8.147.546	6,28	2.217.674	10,76	1.417.164	8,00	11.782.384	7,01
Uptick	7.576.650	5,84	1.156.609	5,61	1.047.352	5,91	9.780.611	5,82
Previ	1.854.848	1,43	359.031	1,74	382.135	2,16	2.596.014	1,54
Outros	1.352.803	1,04	365.316	1,77	229.411	1,29	1.947.530	1,16
Total	129.746.219	100,00	20.606.128	100,00	17.721.681	100,00	168.074.028	100,00
				R\$ (EM	REAIS)			
	Ações Ordi	nárias	Α	ções Pre	ferenciais			
Acionistas	Única	%	A	%	В	%	Total	%
Neoenergia S.A.	118.537.132	85,41	17.657.921	80,11	15.666.286	82,64	151.861.339	84,47
Iberdrola Energia	8.715.356	6,28	2.372.226	10,76	1.515.928	8,00	12.603.510	7,01
Uptick	8.104.674	5,84	1.237.214	5,61	1.120.343	5,91	10.462.231	5,82
Previ	1.984.114	1,43	384.052	1,74	408.766	2,16	2.776.932	1,54
Outros	1.447.082	1,04	390.775	1,77	245.399	1,29	2.083.256	1,16

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurada prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia, e assegurada, ainda, às ações preferenciais "Classe A", prioridade na distribuição de dividendos.

100,00

18.956.722

100,00

179.787.268

100,00

22.042.188

100,00

138.788.358

Reservas de Capital

Total

a) Reserva Especial de Ágio

Essa reserva, no montante de R\$ 179.315, foi gerada em função da reestruturação societária da Companhia que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente ao patrimônio líquido, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação.

b) Reserva de Incentivo Fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3°, do Decreto n°. 3.000, de 26 de março de 1999.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias 30 de setembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007, no montante de R\$ 82.428, foi mantido como reserva de capital e, somente poderá ser utilizado conforme previsto em lei.

Reservas de Lucros

a) Reserva de Incentivo Fiscal

Em atendimento à Lei nº. 11.638/07 e CPC 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

A Companhia apurou no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 o valor de R\$ 39.598 (R\$ 18.877 em 30 de setembro de 2011) de incentivo fiscal SUDENE, calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando a redução de 75% do imposto de renda apurado pelo Lucro Real.

b) Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. A Companhia não constituiu reserva legal no exercício por já ter atingido esse limite.

Outros Resultados Abrangentes

No patrimônio líquido, a demonstração dos outros resultados abrangentes, em atendimento ao CPC 26 (R1), inclui os ganhos e perdas, não realizados, decorrentes da mensuração a valor justo do ativo financeiro disponível para venda, líquida dos efeitos tributários.

23. RECEITA LÍQUIDA

		Período de três meses		Período de	nove meses
	Ref.	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Fornecimento de energia	(a)	174.304	143.793	528.484	411.293
Receita de operação e manutenção		168.368	142.042	512.385	405.143
Remuneração financeira wacc		5.936	1.751	16.099	6.150
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	(b)	4.901	911	2.929	8.259
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(c)	254.594	227.722	751.302	661.065
Receita de operação e manutenção		245.961	224.964	728.416	651.181
Remuneração financeira wacc		8.633	2.758	22.886	9.884
Receita de construção da infraestrutura da concessão		59.856	51.313	151.518	122.045
Outras receitas	(d)	4.836	4.051	12.882	11.639
Total receita bruta		498.491	427.790	1.447.115	1.214.301
(-) Deduções da receita bruta	(e)	(139.854)	(131.006)	(426.884)	(376.853)
Total receita líquida		358.637	296.784	1.020.231	837.448

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias 30 de setembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Fornecimento de energia

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores é a seguinte:

				Período d	e nove meses	s findos em
	Nº de con	sumidores				
	faturac	los (*)	MV	Wh	R\$	mil
	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11
Consumidores:						
Residencial	1.011.008	978.500	1.213.411	1.129.131	510.444	420.673
Industrial	4.995	5.145	424.654	468.220	137.378	135.156
Comercial	76.629	74.960	662.581	621.392	300.144	257.187
Rural	64.990	64.098	281.396	190.338	60.315	39.358
Poder público	12.279	11.876	181.988	165.064	80.442	68.373
Iluminação pública	5.753	5.306	116.173	110.635	27.900	24.584
Serviço público	1.653	1.590	190.203	176.830	58.112	49.749
Consumo próprio	100	96	3.579	3.297	-	-
Suprimento	4	4	-	-	-	-
Fornecimento não faturado		-		-	2.843	2.434
Reclassificação da receita pela disponibilidade		-		-	(704.793)	(613.973)
da rede elétrica - Consumidor cativo						
	1.177.411	1.141.575	3.073.985	2.864.907	472.785	383.541
Subvenção à tarifa social baixa renda	-	_	-	_	55.699	27.752
Total	1.177.411	1.141.575	3.073.985	2.864.907	528.484	411.293
	Nº do aon	umidoros		Período	de três meses	s findos em
	Nº de cons		M			
	faturac	los (*)	MV	Wh	R\$	mil
Consumidares			MV 30/09/12			
Consumidores:	30/09/12	30/09/11	30/09/12	Wh 30/09/11	R\$	mil 30/09/11
Residencial	faturac 30/09/12 1.011.008	30/09/11 978.500	30/09/12	Wh 30/09/11 365.834	R\$ 30/09/12 167.128	mil 30/09/11 142.492
Residencial Industrial	faturac 30/09/12 1.011.008 4.995	978.500 5.145	30/09/12 390.880 141.262	Wh 30/09/11 365.834 157.060	R\$ 30/09/12 167.128 48.341	mil 30/09/11 142.492 48.434
Residencial Industrial Comercial	faturac 30/09/12 1.011.008 4.995 76.629	978.500 5.145 74.960	390.880 141.262 216.218	30/09/11 365.834 157.060 202.450	R\$ 30/09/12 167.128 48.341 101.582	mil 30/09/11 142.492 48.434 88.822
Residencial Industrial Comercial Rural	1.011.008 4.995 76.629 64.990	978.500 5.145 74.960 64.098	390.880 141.262 216.218 98.343	30/09/11 365.834 157.060 202.450 70.039	R\$ 30/09/12 167.128 48.341 101.582 21.896	mil 30/09/11 142.492 48.434 88.822 15.112
Residencial Industrial Comercial Rural Poder público	1.011.008 4.995 76.629 64.990 12.279	978.500 5.145 74.960 64.098 11.876	30/09/12 390.880 141.262 216.218 98.343 60.395	Wh 30/09/11 365.834 157.060 202.450 70.039 53.634	R\$ 30/09/12 167.128 48.341 101.582 21.896 27.821	mil 30/09/11 142.492 48.434 88.822 15.112 23.258
Residencial Industrial Comercial Rural Poder público Iluminação pública	1.011.008 4.995 76.629 64.990 12.279 5.753	978.500 5.145 74.960 64.098 11.876 5.306	30/09/12 390.880 141.262 216.218 98.343 60.395 40.956	Wh 30/09/11 365.834 157.060 202.450 70.039 53.634 37.485	R\$ 30/09/12 167.128 48.341 101.582 21.896 27.821 10.094	mil 30/09/11 142.492 48.434 88.822 15.112 23.258 8.683
Residencial Industrial Comercial Rural Poder público Iluminação pública Serviço público	faturac 30/09/12 1.011.008 4.995 76.629 64.990 12.279 5.753 1.653	978.500 5.145 74.960 64.098 11.876 5.306 1.590	30/09/12 390.880 141.262 216.218 98.343 60.395 40.956 64.351	Wh 30/09/11 365.834 157.060 202.450 70.039 53.634 37.485 60.260	R\$ 30/09/12 167.128 48.341 101.582 21.896 27.821	mil 30/09/11 142.492 48.434 88.822 15.112 23.258
Residencial Industrial Comercial Rural Poder público Iluminação pública Serviço público Consumo próprio	faturac 30/09/12 1.011.008 4.995 76.629 64.990 12.279 5.753 1.653 100	978.500 5.145 74.960 64.098 11.876 5.306	30/09/12 390.880 141.262 216.218 98.343 60.395 40.956	Wh 30/09/11 365.834 157.060 202.450 70.039 53.634 37.485	R\$ 30/09/12 167.128 48.341 101.582 21.896 27.821 10.094	mil 30/09/11 142.492 48.434 88.822 15.112 23.258 8.683
Residencial Industrial Comercial Rural Poder público Iluminação pública Serviço público Consumo próprio Suprimento	faturac 30/09/12 1.011.008 4.995 76.629 64.990 12.279 5.753 1.653	978.500 5.145 74.960 64.098 11.876 5.306 1.590 96	30/09/12 390.880 141.262 216.218 98.343 60.395 40.956 64.351	Wh 30/09/11 365.834 157.060 202.450 70.039 53.634 37.485 60.260 1.108	R\$ 30/09/12 167.128 48.341 101.582 21.896 27.821 10.094 20.565	mil 30/09/11 142.492 48.434 88.822 15.112 23.258 8.683 17.804
Residencial Industrial Comercial Rural Poder público Iluminação pública Serviço público Consumo próprio Suprimento Fornecimento não faturado	faturac 30/09/12 1.011.008 4.995 76.629 64.990 12.279 5.753 1.653 100	978.500 5.145 74.960 64.098 11.876 5.306 1.590 96	30/09/12 390.880 141.262 216.218 98.343 60.395 40.956 64.351	Wh 30/09/11 365.834 157.060 202.450 70.039 53.634 37.485 60.260 1.108	R\$ 30/09/12 167.128 48.341 101.582 21.896 27.821 10.094 20.565 (3.230)	mil 30/09/11 142.492 48.434 88.822 15.112 23.258 8.683 17.804
Residencial Industrial Comercial Rural Poder público Iluminação pública Serviço público Consumo próprio Suprimento	faturac 30/09/12 1.011.008 4.995 76.629 64.990 12.279 5.753 1.653 100	978.500 5.145 74.960 64.098 11.876 5.306 1.590 96	30/09/12 390.880 141.262 216.218 98.343 60.395 40.956 64.351	Wh 30/09/11 365.834 157.060 202.450 70.039 53.634 37.485 60.260 1.108	R\$ 30/09/12 167.128 48.341 101.582 21.896 27.821 10.094 20.565	mil 30/09/11 142.492 48.434 88.822 15.112 23.258 8.683 17.804
Residencial Industrial Comercial Rural Poder público Iluminação pública Serviço público Consumo próprio Suprimento Fornecimento não faturado Reclassificação da receita pela disponibilidade	faturac 30/09/12 1.011.008 4.995 76.629 64.990 12.279 5.753 1.653 100	978.500 5.145 74.960 64.098 11.876 5.306 1.590 96	30/09/12 390.880 141.262 216.218 98.343 60.395 40.956 64.351	Wh 30/09/11 365.834 157.060 202.450 70.039 53.634 37.485 60.260 1.108	R\$ 30/09/12 167.128 48.341 101.582 21.896 27.821 10.094 20.565 (3.230)	mil 30/09/11 142.492 48.434 88.822 15.112 23.258 8.683 17.804
Residencial Industrial Comercial Rural Poder público Iluminação pública Serviço público Consumo próprio Suprimento Fornecimento não faturado Reclassificação da receita pela disponibilidade	faturac 30/09/12 1.011.008 4.995 76.629 64.990 12.279 5.753 1.653 100 4	978.500 5.145 74.960 64.098 11.876 5.306 1.590 96 4	30/09/12 390.880 141.262 216.218 98.343 60.395 40.956 64.351 1.163	Wh 30/09/11 365.834 157.060 202.450 70.039 53.634 37.485 60.260 1.108	R\$ 30/09/12 167.128 48.341 101.582 21.896 27.821 10.094 20.565 - (3.230) (238.774)	mil 30/09/11 142.492 48.434 88.822 15.112 23.258 8.683 17.804

^(*) Informação não revisada pelos auditores independentes.

Reajuste Tarifário 2012

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº. 1.279, de 18 de abril de 2012, publicada no diário oficial da união de 20 de abril de 2012, fixou em 10,28% o índice médio de reajuste tarifário para a Companhia, sendo 9,70% relativos ao reajuste tarifário anual e 0,58% aos componentes financeiros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias 30 de setembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores cativos é de 6,43% sendo 6,05% para os atendidos em baixa tensão (residências e outros) e 7,35% para os de alta tensão (indústrias e comércio de médio e grande porte). As tarifas homologadas pela ANEEL estarão em vigor no período de 22 de abril de 2012 a 21 de abril de 2013.

(b) Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

(c) Receita pela disponibilidade da rede elétrica

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

•		Período de três meses		Período de nove mes	
	Ref.	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor livre		15.820	17.889	46.509	47.092
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor Cativo	(1)	238.774	209.833	704.793	613.973
		254.594	227.722	751.302	661.065

(1) Em atendimento ao Despacho ANEEL nº. 1.618 de 23 de abril de 2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma "TUSD média" calculada a partir da TUSD homologada para consumidores cativos.

(d) Outras receitas

	Período de t	rês meses	Período d	e nove
	findos em		meses fine	dos em
	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11
Renda da prestação de serviços	652	162	1.540	538
Arrendamentos e Aluguéis	2.115	1.609	6.220	4.606
Serviço taxado	859	623	2.269	1.698
Taxa de iluminação pública	841	747	2.444	2.164
Administração de faturas de fraudes	6	(6)	(25)	138
Outras receitas	363	916	434	2.495
Saldos em 30 de setembro de 2012	4.836	4.051	12.882	11.639

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias 30 de setembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Deduções da receita bruta

	Período de três meses		Período	de nove
	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11
IMPOSTOS				
ICMS	(81.590)	(71.466)	(242.418)	(205.923)
PIS	(7.170)	(6.210)	(21.354)	(17.921)
COFINS	(33.026)	(28.603)	(98.357)	(82.546)
ISS	(269)	(281)	(799)	(591)
ENCARGOS SETORIAIS				
Quota para reserva global de reversão - RGR	(3.059)	(2.769)	(9.819)	(7.633)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(2.571)	(2.387)	(7.713)	(7.160)
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	(7.658)	(15.477)	(33.398)	(44.400)
Programa de Eficientização Energética - PEE	(1.370)	(1.160)	(4.014)	(3.185)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(548)	(464)	(1.606)	(1.274)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(274)	(232)	(803)	(637)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(548)	(464)	(1.606)	(1.274)
Encargos do Consumidor - PROINFA	(950)	(797)	(2.590)	(2.398)
Encargos do Consumidor - Tesouro Nacional	(821)	(696)	(2.407)	(1.911)
Total	(139.854)	(131.006)	(426.884)	(376.853)

24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas têm a seguinte composição por natureza de gasto:

		es findos em			
		30/09/11			
Custo / Despesas	Custos de bens e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(18.981)	(9.228)	(18.512)	(46.721)	(42.173)
Administradores	-	-	(1.454)	(1.454)	(1.413)
Entidade de previdência privada	(1.190)	(321)	(563)	(2.074)	(1.895)
Material	(2.850)	(90)	(272)	(3.212)	(2.823)
Serviços de terceiros	(21.422)	(19.999)	(18.758)	(60.179)	(45.458)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE	(773)	(1.133)	-	(1.906)	(1.784)
Energia elétrica comprada para revenda	(415.623)	-	-	(415.623)	(331.215)
Encargos de uso do sistema transmissão	(58.462)	-	-	(58.462)	(47.623)
Amortização	(29.798)	(7.006)	(2.904)	(39.708)	(38.910)
Arrendamentos e aluguéis	(14)	(93)	(312)	(419)	(362)
Tributos	(158)	(1)	(525)	(684)	(511)
Provisões líquidas - PCLD	(2.521)	5.006	-	2.485	(5.223)
Perdas conta a receber/consumidores	-	(6.799)	-	(6.799)	(5.552)
Provisões líquidas - contingências	-	-	451	451	(306)
Custo de construção da infraestrutura da concessão	(151.518)	-	-	(151.518)	(122.045)
Alienação / desativação de bens e direitos	-	-	(4.121)	(4.121)	554
Outros	(830)	(2.232)	(4.790)	(7.852)	(5.970)
Total custos / despesas	(704.140)	(41.896)	(51.760)	(797.796)	(652.709)

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias 30 de setembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	-	20/0	Período 9/12	de três mese	30/09/11
Custo / Despesas	Custos de bens e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(6.849)	(3.061)	(5.851)	(15.761)	(13.309)
Administradores	-	_	(397)	(397)	(389)
Entidade de previdência privada	(315)	(98)	(186)	(599)	(923)
Material	(1.236)	(22)	(130)	(1.388)	(975)
Serviços de terceiros	(7.645)	(7.032)	(7.226)	(21.903)	(15.405)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE	(254)	(382)	-	(636)	(636)
Energia elétrica comprada para revenda	(143.609)	-	-	(143.609)	(107.141)
Encargos de uso do sistema transmissão	(21.723)	-	-	(21.723)	(17.028)
Amortização	(10.614)	(2.334)	(978)	(13.926)	(13.778)
Arrendamentos e aluguéis	(9)	(29)	(138)	(176)	(135)
Tributos	-	-	(64)	(64)	(45)
Provisões líquidas - PCLD	(507)	1.491	-	984	89
Perdas conta a receber/consumidores	-	(1.830)	-	(1.830)	(2.868)
Provisões líquidas - contingências	-	-	(135)	(135)	122
Custo de construção da infraestrutura da concessão	(59.856)	-	-	(59.856)	(51.313)
Alienação / desativação de bens e direitos	-	-	(478)	(478)	592
Outros	(281)	(690)	(2.462)	(3.433)	(2.199)
Total custos / despesas	(252.898)	(13.987)	(18.045)	(284.930)	(225.341)

25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Período de três meses findos em		Período meses fi	
Receitas Financeiras	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11
Renda de aplicações financeiras	3.398	4.990	12.985	11.239
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	8.789	9.339	25.929	25.055
Variação monetária	4.680	7.384	14.130	22.619
Variação cambial	184	46	1.779	244
Operações swap	1.009	2.257	5.098	2.475
Outras receitas financeiras	399	302	1.174	(663)
Total	18.459	24.318	61.095	60.969
	Período meses fir		Período meses fi	
Despesa Financeira	30/09/12	30/09/11	30/09/11	30/09/11
Encargos de dívida	(11.653)	(14.151)	(37.060)	(39.085)
Variação monetária	(2.572)	(4.711)	(3.258)	(12.593)
Variação cambial	(272)	(2.844)	(9.376)	(2.844)
Operações swap	(850)	(296)	(2.628)	(611)
Multas regulatórias	(561)	(430)	(1.829)	(1.615)
Outras despesas financeiras	(1.031)	(602)	(3.214)	(4.325)
Total	(16.939)	(23.034)	(57.365)	(61.073)

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias 30 de setembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

				30/09/12		31	1/12/11	30/09/11
Empresas	Ref	Natureza de Operação	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
COELBA	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	163	-	-	110	-
CELPE	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	577	276	-	705	357	-
TERMOPERNAMBUCO	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	16	-	-	82	-
ITAPEBI	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	906	83	-	884	153	-
GERAÇÃO CIII	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	21	-	-	19	-
NC ENERGIA	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	7	-	-	6	-
NEOENERGIA SERVIÇOS	(c)	Prestação de serviço	-	-	(2.034)	-	165	(1.341)
BAGUARII	(a) (e)	Energia comprada Debêntures - Aplicação / Emissão	-	158	(994)	-	174	(938)
				20 178	(994)		17 191	(938)
BAHIA PCH I	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	12	-	-	9	-
RIO PCH I	(a)	Energia comprada Debêntures - Aplicação / Emissão	-	98	(614)	-	108	(580)
	(e)			14 112	(614)		10 118	(580)
NEOENERGIA INVESTIMENTOS	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	-	_		1	_
GOIAS SUL	(a) (e)	Energia comprada Debêntures - Aplicação / Emissão	_	97	(612)	_	107	(549)
				10			13	
				107	(612)		120	(549)
SE NARANDIBA	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	-	-	-	4	-
AFLUENTE GERAÇÃO	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	6	-	-	9	-
AFLUENTE TRANSMISSÃO	(b) (e)	Uso da Rede Debêntures - Aplicação / Emissão	-	12 49	(73)	-	8 54	(71)
				61	(73)		62	(71)
BELOMONTE PARTICIPAÇÕES	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão		42		-	94	-
ÁGUAS DA PEDRA	(a)	Energia comprada Debêntures - Aplicação / Emissão		598	(3.465)	-	608	(3.214)
				81 679	(3.465)		58 666	(3.214)
				0/9	(3.403)			(3.214)
CIA. TELES PIRES	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	65	-	-	513	-
MEL 2	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-		-	-	9	-
CAETITÉ 1	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	-	-	-	1	-
CAETITÉ 3	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	1	-	-	1	-
Banco do Brasil S.A.	(d)	Empréstimos e Financiamentos	6.940	263.547	(17.546)	3.186	247.409	-
Neoenergia S.A.	(e)	Prestação de serviço Juros sobre capital próprio Debêntures - Aplicação / Emissão Aluguel/Comodato	-	-	-	-	-	(132)
			-	363	-	-	4.411 201	(9.112)
				17	(157)	-	18	
			-	26.124	(157)		4.630	(9.244)
Previ - Caixa de Previdência dos Funcio		Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	81	(168)
Iberdrola Energia S.A		Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	314	(649)
Amara Brasil	(c)	Prestação de serviço (almoxarifado)	-	81	(1.009)	-	71	(412)
Outros Minoritários		Dividendos	-	2.907	-	_		-
		Juros sobre capital próprio		106				
				3.013				

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias 30 de setembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

a) Contratos de Suprimento de Energia Elétrica

Baguari I – Contrato nº. 4600017985, vigência de 01 de janeiro de 2010 até 31 de dezembro de 2039, conforme Resolução ANEEL nº. 589 de 11 de dezembro de 2007.

Rio PCH I – Contrato nº. 4600015569, vigência de 17 de janeiro de 2007 até 31 de dezembro de 2038, conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº. 1.163 de dezembro de 2007.

Goiás Sul – Contrato nº. 4600017990 e 4600017991, vigência de 1º de janeiro de 2010 até 31 de dezembro de 2039, conforme Resoluções Autorizáveis ANEEL nº. 881 e 882 de 24 de abril de 2007.

Energética Águas da Pedra – Contrato 4600020539, vigência de 01 de agosto de 2007 até 31 de dezembro de 2040, conforme Resolução Normativa ANEEL nº. 232 de 19 de setembro de 2006.

b) Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Afluente – Contrato nº. 4600007603, de uso do sistema de transmissão, entre o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, COSERN e a Afluente, com vigência até dezembro de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

SE Narandiba – Contrato nº. 4600007603, de uso do sistema de transmissão, entre o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, COSERN e a SE Narandiba, com vigência até dezembro de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

c) Contratos de Prestação de Serviços

Amara Brasil - Contrato nº. 4600022357, vigência de 16 de agosto de 2011 até 18 de agosto de 2014, conforme Despacho ANEEL nº. 3.326, de 15 de agosto de 2011.

Neoenergia Serviços Ltda – Contrato nº. 4600019864, vigência de 08 de agosto de 2010 até 08 de agosto de 2014, conforme Despacho ANEEL nº. 2.758, de20 de setembro de 2010.

d) Contratos de Empréstimos e Aplicações Financeiras

Banco do Brasil – Nota de Crédito Comercial nº. 20/00863-5, com vencimento em 18 de abril de 2014, corrigido mensalmente com base no IRP.

Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial nº. 342.901.057, com vencimento em 24 de abril de 2015, corrigido mensalmente com base no CDI.

Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial nº. 20/00852-X, com vencimento em 14 de abril de 2014, corrigido anualmente com taxa efetiva de 12,149%.

Adicionalmente a Companhia realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos), com valores definidos através de tarifas reguladas pela ANEEL.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias 30 de setembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Administração da Companhia entende que as operações comerciais realizadas com partes relacionadas estão em condições usuais de mercado.

e) Debêntures Aplicação / Emissão

Regulamento BB POLO 28 Fundo de Investimento Renda Fixa com longo prazo de crédito privado.

f) Remuneração da Administração

A remuneração total dos administradores para o período findo em 30 de setembro de 2012 foi de R\$ 1.275 (R\$ 1.222 em 30 de setembro de 2011), a qual é considerada benefício de curto prazo. A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

27. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações gerais:

Em 30 de setembro de 2012, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa são classificados como mantido para negociação. O valor justo está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.
- Títulos e valores mobiliários são classificados como mantidos até o vencimento, e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores justos.
- Contas a receber de clientes e outros decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Fornecedores decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures
 - O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.
 - ✓ Empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC) R\$ 53.000 − é considerado como item objeto de hedge, de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting), e está contabilizado pelo seu valor justo. O valor justo é calculado projetando os fluxos futuros da operação (ativo e passivo) utilizando o custo da ponta passiva do seu swap.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias 30 de setembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- ✓ Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores justos destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas prefixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI Certificado de Depósito Interbancário.
- ✓ Debêntures em moeda nacional são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores justos calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA, sendo utilizado como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.
- ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são considerados como itens objeto de hedge, de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting), e estão contabilizados pelos seus valores justos. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações (ativo e passivo) utilizando o custo da ponta passiva dos seus swaps.

• Instrumentos Financeiros Derivativos:

- ✓ Operação com derivativo para proteção contra variações cambiais têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira sem nenhum caráter especulativo.
- ✓ Operação com derivativo para troca de taxa de juros consiste na troca do resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa prefixada, equivalente aos juros de um empréstimo, pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de percentual da taxa DI, sem nenhum caráter especulativo.

Dessa forma, são considerados como instrumentos de hedge, de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting), e estão contabilizados pelos seus valores justos. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações (ativo e passivo) utilizando as curvas da BM&F e trazendo esses fluxos a valor presente utilizando o custo da ponta passiva dos seus swaps.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias 30 de setembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 são como segue:

	Ativos (Passivos)			
	30/09/12		31/1	2/11
	Contábil Mercado		Contábil	Mercado
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	169.339	169.339	154.560	154.560
Titulos e valores mobiliários	45.812	45.812	46.153	46.153
Contas a receber de clientes e outros	437.614	437.614	433.507	433.507
Passivo				
Fornecedores	(108.699)	(108.699)	(91.755)	(91.755)
Empréstimos em moeda nacional Banco do Brasil (NCC)	(74.140)	(74.140)	(66.245)	(66.245)
Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional	(461.727)	(461.727)	(447.449)	(447.449)
Debêntures em moeda nacional	(93.078)	(92.957)	(109.540)	(131.643)
Empréstimos, financiamentos e debêntures em moeda estrangeira	(18.888)	(18.888)	(16.456)	(16.456)
Instrumentos financeiros derivativos	10.803	10.803	4.918	4.918

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial, utilizando swap dólar para CDI e troca de taxa de juros, utilizando swap de taxa prefixada para CDI, conforme descrito a seguir:

- ✓ Operação de "hedge" para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.
- ✓ Operação de "hedge" para o empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC), de forma que o resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa prefixada seja trocado pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de 99,5% da taxa DI.

A política da Companhia não permite a contratação de derivativos exóticos, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

Fatores de Risco

- Riscos financeiros
 - ✓ Risco de Variação Cambial

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira indexado a variação cambial captada no mercado. A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo com exposição cambial não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2011, operações de "hedge" cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

No trimestre findo em 30 de setembro de 2012 a Companhia apurou um resultado negativo nas operações de "hedge" cambial no montante de R\$ 591.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias 30 de setembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, no lucro da Companhia (devido às variações no valor justo de ativos e passivos monetários) e no patrimônio líquido da Companhia:

		Efeitos		
	Variação na taxa do			
	US\$	No resultado	No patrimônio líquido	
3° trimestre 2012	-1,26%	(6)	(6)	
3° trimes tre 2011	-0,60%	(3)	(3)	

✓ Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia, com o objetivo de acompanhar a taxa de juros do mercado refletida no CDI e reduzir sua exposição a taxas prefixadas, possui derivativo e utiliza swap de taxa prefixada para CDI. Ainda assim, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes que possam impactar o lucro da Companhia:

		Elellos		
	Aumento/redução em pontos base	No resultado	No patrimônio líquido	
30/09/2012	_			
Ativos Financeiros	_			
CDI	(94)	(1.820)	(1.820)	
IPCA	(28)	=	=	
SELIC	(134)	-	-	
IGPM	334	=	-	
Passivos Financeiros				
CDI	(94)	2.765	2.765	
TJLP	(12)	186	186	
IGPM	334	-	=	
IPCA	(28)	-	=	
30/09/2011	_			
Ativos Financeiros				
CDI	24	156	156	
IPCA	129	-	-	
SELIC	29	-	-	
IGPM	48	-	-	
Passivos Financeiros				
CDI	24	(588)	(588)	
TJLP	-	-	-	
IGPM	48	=	=	
IPCA	129	-	-	

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias 30 de setembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

✓ Risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao rating das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos exclusivos para as empresas do Grupo, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária. Em 30 de setembro 2012 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 185.811, sendo R\$ 169.137 em fundos exclusivos e R\$ 16.674 em outros ativos, além de R\$ 20.691 de aplicações no longo prazo.

• Riscos operacionais

✓ Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias 30 de setembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

✓ Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis ("covenants" financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida (vide nota explicativas nº. 15).

✓ Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como conseqüência o aumento no custo da aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

• Gestão do Capital Social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

A política financeira do Grupo ao qual pertencemos tem como objetivo estar no primeiro quartil de empresas privadas no setor elétrico brasileiro com maior rating, através da manutenção dos seguintes indicadores:

Indicador	Definição	Limites
Dívida Líquida EBITDA	Reflete a capacidade de pagamento da dívida através da geração operacional de caixa da	≤ 2,0 segmento de
	empresa medida pelo EBITDA no período de 1 ano.	distribuição
Dívida de curto prazo/Dívida total	Reflete a proporção da dívida que está concentrada no período no curto prazo (1 ano).	≤ 20% segmento de
		distribuição
EBITDA/Despesa Financeira líquida	Reflete a capacidade de pagamento do serviço da dívida da companhia.	≥ 3,5 segmento de
		distribuição

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante os trimestres findos em 30 de setembro de 2012 e 2011.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias 30 de setembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 12 de setembro, foi publicada a Medida Provisória nº. 579, de 2012, regulamentada pelo Decreto nº. 7.805, de 14 de setembro de 2012, dispondo sobre a prorrogação de concessões de geração, transmissão e distribuição e pela redução dos encargos setoriais com vistas a redução das tarifas aos consumidores finais de energia elétrica.

Com a referida medida passou a ser possível a prorrogação das concessões alcançadas pelos artigos 17 e 19 da Lei nº. 9074, de 1995, que estariam vencendo nos próximos anos, mediante a aceitação do atual concessionário de novas condicionantes com vistas a redução do preço de venda de energia e da receita anual permitida. A concessão da COSERN para distribuição de energia é posterior a Lei nº. 9074, de 1995, não sendo afetada por essa mudança.

Pela Medida também será encerrado, a partir de 2013, o recolhimento pelas distribuidoras do encargos referente a Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC e a Reserva Global de Reversão - RGR, sendo passível de redução o atual recolhimento para a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, em face de aporte anual de recursos do Tesouro Nacional.

Os efeitos decorrentes dessas alterações serão considerados no cálculo das tarifas aos consumidores finais de todas as concessionárias de distribuição, por meio de revisão tarifária extraordinária até 05 de fevereiro de 2013.